



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA DE CHARQUEADAS**  
GABINETE DO PREFEITO  
- SECRETARIA GERAL -

Of. Gab nº 518/19

Charqueadas, 05 de dezembro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Ver. Rafael Divino Silva Oliveira  
MD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Charqueadas-RS



**Assunto: Veto Total ao Projeto de Lei nº 051/2019 – Poder legislativo**

Senhor Presidente:

Apraz-nos cumprimentá-lo e na oportunidade apresentar VETO TOTAL por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 051/2019 – Poder Legislativo, que “Altera a Lei Municipal nº 043 de 14 de dezembro de 1983, que dispõe sobre Código Tributário do Município de Charqueadas e dá outras providência”.

**RAZÕES DO VETO:**

Pretende o projeto, alterar o Código Tributário Municipal, instituindo o “Programa IPTU Jovem”, o qual concede benefício fiscal, consistente em reduzir o IPTU ao proprietário de imóvel onde esteja em funcionamento estabelecimento que comprove a existência de jovem contratado sob regime CLT em seu quadro de pessoal. Com a comprovação de contratação de 01 a 05 jovens, o benefício concedido será desconto de 5% no IPTU, com a comprovação de contratação de 06 a 12 jovens, o benefício concedido será desconto de 7% no IPTU e quando comprovada a contratação de mais de 12 jovens o desconto será de 10%.

Por se tratar de concessão de benefício fiscal de natureza tributária e representar uma renúncia de receita, este projeto deverá estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes. O atendimento dos dispositivos que exigem a devida adequação orçamentária e o equilíbrio das contas públicas, em especial, o art. 14 da LRF e o art. 113 do Ato das Disposições Transitórias – ADCT:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA DE CHARQUEADAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
- SECRETARIA GERAL -

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

[...]

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Outro aspecto importante a ser considerado é a proibição de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, conforme estabelecido no art. 73 § 10 da Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997:

**Art. 73.** São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

**§ 10.** No ano em que se realizar eleição, fica proibida a *distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios* por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de *programas sociais* autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

Ante estas ponderações, considerando que o Projeto de Lei é inconstitucional, fundamento pelo qual cabe opor-lhe veto total.

Sendo o que nos propúnhamos para o momento, colhemos o ensejo para apresentar protestos de distinta consideração.

  
Simon Heberle de Souza  
Prefeito Municipal